



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9378 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

**TRABALHADORES-ESTUDANTES: UM DESAFIO NÃO EXPLICITAMENTE  
ENFRENTADO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Antonio Miranda Galleão - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

**TRABALHADORES-ESTUDANTES: UM DESAFIO NÃO EXPLICITAMENTE  
ENFRENTADO POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

### **Resumo**

Este trabalho tem como objeto de investigação o estudante de graduação que concilia o estudo com mais de 20 horas semanais de trabalho, aqui denominado trabalhador-estudante. Considerando como pressuposto teórico que a formação na educação superior requer tempo de estudo além daquele dedicado às aulas, esta pesquisa desenvolveu-se a partir da seguinte questão: “como as instituições de ensino superior (IES) consideram, em seus planos de desenvolvimento institucional (PDI), a restrição de tempo de dedicação ao estudo de trabalhadores-estudantes?” Fundamenta-se epistemologicamente nos princípios da Teoria Crítica, descritos por Nobre; na perspectiva de uma educação emancipatória, conforme Freire; e na Hermenêutica-Dialética (Minayo) e a Análise de Conteúdo (Bardin) para a análise dos dados. Os resultados apontam que grande parte das IES, que tiveram seus PDI analisados, não explicitam preocupações com a restrição de tempo dos trabalhadores-estudantes em suas estratégias pedagógicas, fato que dá subsídios para questionar a qualidade da formação a eles oferecida. Apesar disso, não se pode ignorar que houve avanços pois o acesso à educação superior, que até algum tempo atrás era inatingível para muitos, hoje, a esses muitos, torna-se possível.

**Palavras-chave:** Educação Superior, Educação emancipatória, Trabalhador-estudante, Plano de Desenvolvimento Institucional.

### **Introdução**

La Boétie, em seu Discurso sobre a servidão voluntária, afirma que

Os homens nascem sob o jugo, são nutridos e educados na servidão, sem olhar para além dela, contentam-se em viver como nasceram, e não pensam em ter qualquer outra propriedade ou outros direitos além daqueles que encontraram; eles tomam por seu estado de natureza a condição em que nasceram (LA BOÉTIE, s. d., p. 8, tradução livre).

Educar-se é o caminho que permite a libertação desse “pecado original”, é um processo pelo qual o homem pode construir, em comunhão com seus pares, um futuro desejado, não um futuro imposto. Educar-se é humanizar-se, emancipar-se.

Diversos e ardilosos são os processos através dos quais nos educamos.

Educamo-nos no convívio familiar, ambiente repleto de resquícios de processos educativos de antecessores e antecessores de antecessores. Educamo-nos na interação que mantemos com o mundo que nos rodeia, hoje, um mundo marcado pela tecnologia. Educamo-nos também nas instituições de ensino. E é nesse processo educativo, na educação escolarizada, mais especificamente na educação superior de graduação, que localizo os questionamentos e decisões que motivaram e influenciaram a elaboração desta pesquisa.

Em trabalho anterior, pude identificar indícios de que, nas últimas décadas, a privatização ampliou a oferta de vagas, políticas públicas contribuíram para aumentar formas ingresso, IES passaram a oferecer bolsas e/ou financiamento próprios, cursos noturnos foram abertos (XXXXXXX, 2020), fatos que contribuíram para tornar a população universitária bastante heterogênea sob o ponto de vista socioeconômico-cultural. Constatei ainda, analisando microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aplicado nos anos de 2014 a 2018 (INEP, 2020) [1], que dos 51,18% dos estudantes, que responderam ao Questionário do Estudante [2], declararam trabalhar mais que 20 horas semanais. Esses dados, alinhados com outros presentes no Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020 (SEMESP, 2020), que indicam que 87.3% dos estudantes de graduação da rede privada, e 73.7% da rede pública trabalham mais de 20 horas semanais, permitiu-me concluir que a maioria dos estudantes de graduação no Brasil atual é formada por estudantes que conciliam o estudo com mais de 20 horas semanais de trabalho, estudantes que passo a denominar pela expressão “trabalhadores-estudantes”.

Passei então a questionar, considerando apenas essa carga de trabalho, qual o tempo de dedicação aos estudos que esses estudantes podem dispor.

Utilizando a mesma amostra formada por microdados do Enade, citada anteriormente, pude colher indícios de que há uma restrição significativa do tempo de estudo: quando questionados sobre quantas horas aproximadamente eles se dedicavam aos estudos além do tempo destinado para as aulas, dos 1.045.508 trabalhadores-estudantes da amostra, 6.28% declaram que apenas assistem às aulas, 48.91% que se dedicam de 1 a 3 horas semanais, 27.40% de 4 a 7 horas semanais, 17.39% mais que 8 horas, e 161 não responderam.

Apesar desses dados não serem censitários, considero que eles fornecem indícios de que, para grande parte dos trabalhadores-estudantes, a educação superior acontece quase que exclusivamente durante o período de aulas, ou durante o tempo dedicado para cumprir as atividades obrigatórias na modalidade EAD.

Esse é um aspecto relevante quando, conforme explicitado anteriormente, se adota a concepção de educação superior como parte de uma educação escolarizada que integra um processo ético-político-cultural-econômico-social de formação de sujeitos emancipados. Assim, sob a luz dos princípios fundamentais das teorias críticas apresentados por Nobre (2004), a saber: “a orientação para a emancipação” e o adoção de um comportamento crítico em relação não somente à realidade social vigente, mas também ao conhecimento já produzido a respeito dessa realidade, e fundamentando-me em Freire (2011, 2012), defendo que uma educação superior emancipatória requer a participação ativa de seus protagonistas, requer diálogo - “Sem diálogo não há pedagogia, nem educação, nem universidade” (NÓVOA, 2019, p. 64). Considero ainda que não existe participação efetiva, diálogo crítico ou reflexão profunda sobre algum conteúdo, sem um aporte teórico, sob o risco de quedar-se

no senso comum, e que esse aporte teórico requer um estudo prévio, o que, por sua vez, exige disponibilidade de tempo.

Diante disso, adotei, como questão de pesquisa: “como a restrição de tempo de dedicação aos estudos dos trabalhadores estudantes é considerada pelas IES?” e, com o objetivo de considerar a diversidade das IES brasileiras, adotei, por ser a alternativa mais viável no período da pesquisa, os PDI de IES como fonte de dados empíricos.

### **Fonte de dados: Planos de Desenvolvimento Institucional**

Os PDI são documentos exigidos tanto para o credenciamento e reconhecimentos de IES, como para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, presenciais e à distância – são, portanto, documentos estratégicos. Os indicadores utilizados por esses processos de avaliação, juntamente com a legislação que rege o sistema de educação superior brasileiro, não só influenciam, mas definem o conteúdo e a forma como tais documentos são elaborados: eles apresentam o direcionamento e as estratégias institucionais relacionadas com aspectos de gestão e operacionalização de suas atividades, como também seu projeto e organização pedagógicos.

Refletindo sobre esses aspectos e sobre os possíveis descompassos entre o que explicitam e o que de fato é praticado, adotei o pressuposto de que tais documentos, principalmente quando tornados públicos através da internet, indicam um compromisso social assumido pelas IES, não apenas perante os órgãos reguladores da educação superior no Brasil, mas perante toda a população. Podem, portanto, fundamentar ações que responsabilizem as IES por não cumprimento desse compromisso. Assim sendo, considerei pertinente utilizá-los como fonte de dados para esta pesquisa.

### **Orientações metodológicas: Hermenêutica-dialética e Análise de conteúdo.**

Tendo optado por utilizar documentos como fonte de dados, segui as orientações de Flick (2007) para coletar, selecionar e constituir um “corpus” de documentos a serem analisados e, utilizando critérios como a atualidade do documento e seu teor público, ou seja, sua disponibilidade via web, compus uma amostra de 120 documentos de IES de praticamente todas as unidades da federação, de todas as categorias administrativas e organizações acadêmicas.

Para analisar essa massa de dados, optei pela Hermenêutica-Dialética (MINAYO, 1999, 2008) e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

### **O que dizem os dados**

Inicialmente, buscando respostas para a questão de pesquisa formulada, procurei verificar se, através de seus PDI, as IES fornecem indícios de que reconhecem a existência de estudantes que conciliam trabalho e estudo. Para guiar-me nessa verificação, utilizei a seguinte pergunta-guia: “Há, nos PDI, referências a estudantes que conciliam trabalho e estudo? Se sim, quais?”

A resposta SIM a essa questão foi obtida em apenas 18 dos 120 PDI analisados. Desses, apenas 4 mostraram indícios de que consideram especificidades desse grupo de estudantes ao elaborar suas propostas pedagógicas: uma universidade pública estadual, uma universidade pública federal, um centro universitário privado sem fins lucrativos, e uma faculdade privada com fins lucrativos; 5 apresentam a educação a distância ou o oferecimento

de disciplinas na modalidade semipresencial como forma de atender estudantes que conciliam estudo e trabalho: três centros universitários privados com fins lucrativos, uma faculdade privada sem fins lucrativos, e uma universidade pública estadual; as nove restantes apenas informam ter ciência e/ou demonstram preocupações com o atendimento, retenção e/ou evasão desse grupo de estudantes.

Em função desse resultado, procurei verificar se, mesmo não fazendo referência a estudantes que conciliam trabalho e estudo, há, nos PDI, preocupação com o tempo que eventualmente seus estudantes podem disponibilizar para o estudo. Utilizei, então, a seguinte pergunta-guia: “Há, nos PDI, alguma preocupação/estratégia relacionada com a pouca disponibilidade de tempo de dedicação ao estudo que eventualmente seus estudantes podem ter? Se sim, quais?”

A resposta SIM a essa questão foi encontrada em apenas 2 dos 120 PDI analisados – dessas, apenas um centro universitário sem fins lucrativos expressa de forma mais evidente o desafio que essa pouca disponibilidade representa para a concepção pedagógica de seus cursos.

Contraditoriamente, foi possível identificar que há uma grande preocupação, em todos os PDI analisados, com o perfil do egresso e com seu ingresso no mercado de trabalho, mas pouco ou nenhuma preocupação com o perfil daquele que ingressa!

Foi possível observar também que muitas IES da amostra analisada, que oferecem cursos em EAD, argumentam que essa modalidade de ensino possibilita que o aluno organize seu tempo de estudo. Entretanto, apesar de admitir que, nesse sentido[3], a EAD contribui para uma melhor organização/otimização do tempo de estudo, considero que ela sozinha não é suficiente, como proposta pedagógica, para possibilitar que o trabalhador-estudante possa, de fato, alcançar tudo aquilo que uma educação superior emancipatória poderia proporcionar: autonomia intelectual, postura crítica-reflexiva-criativa diante dos desafios do mundo, saberes necessários para inserir-se com igualdade de condições no mundo do trabalho etc.

### **Considerações finais.**

Os dados analisados forneceram fortes indícios de que, apesar de os trabalhadores-estudantes representarem grande parte da população discente da educação superior, suas restrições de tempo para o estudo, um dos aspectos relevantes quando se pensa a educação como um processo de emancipação humana, não têm sido explicitamente consideradas, pelo menos por grande parte das IES cujos PDI foram analisados, o que permite questionar a qualidade da formação oferecida a esses estudantes. E, se a ênfase identificada nos PDI com o perfil do egresso, e com seu ingresso no mercado de trabalho, deixa clara a preocupação com a formação profissional, aspecto importante, mas que não pode ser exclusivo para um processo educacional emancipatório, ignorar a restrição de tempo de seus estudantes potencializa o questionamento sobre a qualidade da educação superior que está sendo oferecida a trabalhadores-estudantes de graduação.

Essas constatações, somadas a outras que ultrapassam o escopo deste trabalho, permitem afirmar que a educação superior brasileira sofre um movimento de massificação, não de democratização, e que a conclusão de um curso de graduação alcançada por trabalhadores-estudantes tende a resultar apenas em benefícios residuais se comparados àqueles que efetivamente a educação superior poderia oferecer.

Apesar disso, não é possível ignorar que houve avanços. Trabalhadores-estudantes passaram a se reconhecerem portadores do direito de ser e de estar na educação superior, sentiram-se capazes, e conseguiram. Entretanto, reconhecer os avanços não significa

esmorecer da luta por uma educação superior pública que ofereça a todos as mesmas condições de formação.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FLICK, Uwe. **Designing Qualitative Research**. London: SAGE Publication Ltda, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50<sup>a</sup>. ed. ver. e atual, 3<sup>a</sup>. impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discours de la servitude volontaire**. Disponível em: <https://www.singulier.eu/textes/reference/texte/pdf/servitude.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. (Saúde em Debate; 46).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; deslandes, Suely Ferreira (orgs.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método [online]. 2<sup>a</sup>. reimpressão. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2008. E-pub.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 3<sup>a</sup>. reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NÓVOA, António. O futuro da Universidade: o maior risco é não arriscar. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 54-70, 22 maio 2019. Revista Contemporânea de Educação. <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i29>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21710>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SEMESP, Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020**. 10. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2020.

---

[1] Essa amostra contém respostas de 2.043.016 estudantes.

[2] O Questionário do Estudante faz parte do processo de aplicação do ENADE.

[3] Questões relacionadas à organização e otimização do tempo, além de outras relacionadas com a modalidade de educação a distância, exigem estudos mais aprofundados que extrapolam o escopo desta pesquisa.